



AMBIENTE, SOCIEDADES E TERRITORIALIDADES EM CONTEXTOS RURAIS

EDITORIAL

Monique Medeiros

E-mail: mmedeiros@ufpa.br

Angela May Steward

E-mail: angelamay@ufpa.br

Organizadoras do dossiê

Professoras adjuntas no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas,
Universidade Federal do Pará.

O presente número da Revista Desenvolvimento Rural Interdisciplinar compreende artigos desenvolvidos por autoras e autores vinculados, essencialmente, a dois Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) - abrigado no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - e o Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI) - sediado no Campus de Abaetetuba. Desde longa data, as

pesquisadoras e os pesquisadores desses Programas estabelecem relações salutaras com docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essas relações, que possuem o objetivo central de estimular diálogos científicos Norte-Sul, são favorecidas pela congruência de reflexões desses programas acerca da diversidade dos grupos sociais que são incorporados à categoria agricultura familiar – agricultores assentados em áreas de

reforma agrária, quilombolas, agroextrativistas, pescadores, ribeirinhos, indígenas, entre outros povos tradicionais. Para além, as pesquisas dos referidos programas se intersectam no propósito de dar visibilidade às práticas de agricultoras e agricultores, sobretudo, direcionados por lógicas familiares e coletivas. Dessa forma, vêm ganhando corpo ao longo dos anos, pesquisas colaborativas em torno dos seguintes temas: relações ambiente-sociedade e territorialidades, ação coletiva e movimentos sociais no campo, cooperação, sociobiodiversidade e gênero.

A mais recente materialização dessa relação se deu em setembro de 2019, quando, durante uma semana, os pesquisadores do PGDR, Flávia Charão e Alberto Arce, estiveram em territórios paraenses, se conectando com as culturas locais, especialmente por meio da realização de pesquisas de campo, e participando de debates e palestras. Durante essa missão de trabalho, foram realizados dois seminários, um em Belém, coordenado pelo PPGAA, e um em Abaetetuba, organizado pelo PPGCITI, visando fortalecer e traçar possíveis caminhos novos para a colaboração. Essas vivências, atreladas a trocas e inspirações, resultaram na

configuração do presente dossiê, o qual abarca artigos que refletem esforços analíticos para evidenciar as dinâmicas de agricultores familiares situados em contextos rurais distintos, nos estados do Pará e Mato Grosso.

Vale destacar que, nas inserções que realizaram em campo, os pesquisadores puderam participar de iniciativas relacionadas a dois projetos coordenados por docentes da UFPA. Tais iniciativas foram realizadas, respectivamente, na comunidade quilombola Mangueiras, no município de Salvaterra, situada no arquipélago do Marajó, e na comunidade quilombola de Porto Alegre, localizada no município de Cametá. Não fortuitamente - ambas as comunidades serão mais bem apresentadas nesse acervo de artigos.

No que se refere especificamente à Mangueiras, essa comunidade ocupa um lugar importante na história regional, sendo compreendida como a comunidade “mãe” – ou como foco de dispersão quilombola no município. Vinculado a tal dispersão quilombola em Salvaterra, e tendo como foco o quilombo Bairro Alto, este dossiê apresenta como primeiro artigo: "Dos bacurizais às roças: ocupação e uso dos espaços no território do quilombo Bairro

Alto, Salvaterra, Pará”. O texto, elaborado por Mayara Gonçalves Lima e Angela May Steward, traça o processo de ocupação e o uso dos espaços do território da comunidade Bairro Alto, destacando mudanças em relação ao acesso dos quilombolas ao seu território diante da expropriação por fazendeiros e de agentes do Estado. Neste contexto, o artigo visa demonstrar como os quilombolas constroem territorialidades específicas ao grupo a partir das suas práticas agroextrativistas – com foco no manejo do bacuri.

Na sequência, o dossiê apresenta um trabalho justamente voltado à outra comunidade quilombola conhecida pelos pesquisadores do PGDR, a comunidade de Porto Alegre. Acerca dela, é preciso mencionar que teve seu processo de constituição iniciado ainda no século XVIII e, atualmente, consolida saberes e estratégias de resiliência por meio de práticas, sobretudo, voltadas a sistemas de coprodução com a natureza, como os quintais agroflorestais, espaços biodiversos que ganham destaque no artigo: “Mulheres quilombolas e quintais agroflorestais amazônicos: o protagonismo do trabalho feminino no Baixo Tocantins, PA”. Desenvolvido por Odenira Corrêa Dias, Marcelo Rodrigues Lopes, Amália Aguiar,

Monique Medeiros e Andreia Tecchio, o trabalho refuta a invisibilização do trabalho feminino no contexto rural e apresenta uma caracterização de quintais agroflorestais dessa comunidade do Território do Baixo Tocantins, destacando a relevância do trabalho feminino na condução desses espaços.

O terceiro artigo apresentado, também relacionado a comunidades quilombolas, revela trajetórias históricas de lutas frente contextos de expropriação territorial, entretanto tem como lócus de análise o estado do Mato Grosso. O texto ““Mãe da pobreza, a bocaina é dos quilombolas”: notas etnográficas sobre território, cultura e sistema agroalimentar em contexto de expropriação no quilombo da Bocaina, Mato Grosso”, concebido por Renata Kelly Costa de Vilhena e Flávio Bezerra Barros, coloca em evidência aspectos históricos do processo de expropriação territorial, bem como a chegada dos quilombolas no lugar que hoje se configura o Quilombo da Bocaina, no município de Porto Estrela. Pautando-se em memórias daquelas e daqueles que dali fazem parte, os autores ressaltam transformações ocorridas e refletidas após o processo de perda do território na década de 1970 e salientam a resistência da comunidade na continuidade das

práticas que consolidam um sistema agroalimentar local.

De forma comum a esses artigos, os demais textos aqui apresentados retratam a diversidade da agricultura familiar amazônica, os múltiplos desafios e ameaças que os grupos enfrentam hoje e, ao mesmo tempo, as formas pelas quais eles se organizam para forjar soluções, persistir e resistir. A riqueza dos trabalhos deriva-se, especialmente, da percepção dos agricultores e agricultoras como protagonistas no processo de adaptação e transformação frente às mudanças causadas pela implementação de programas e projetos de desenvolvimentistas.

O quarto artigo - “Desafios das organizações sociais frente às transformações da pesca artesanal no Baixo Tocantins-PA” -, dos autores Silvano de Freitas Marques, Francinei Bentes Tavares e Lúcia Daiane Copetti, por sua vez, destaca os movimentos representativos dos pescadores do Território Paraense do Baixo Tocantins e sua organização em torno dos acordos de pesca, sobretudo frente aos impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Território.

Da mesma forma, e vinculados fortemente, o quinto e sexto artigos enfatizam as estratégias de resiliência e transformações vivenciadas por agricultores familiares diante da expansão da dendeicultura na região. O quinto, intitulado “A influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará-PA”, de autoria de Lucas de Jesus Costa, Afonso Welliton de Sousa Nascimento e Raquel de Jesus Costa, tem como objetivo analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará e apresentar as mudanças ocasionadas por esta atividade. O sexto, “Pedagogia da alternância e de resistência: experiências em agroecologia na escola comunitária casa familiar rural – Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF) - Médio Rio Moju-PA”, foi elaborado por Patrícia de Brito Tavares e Eliana Teles. E objetivou analisar como se dá a dinâmica socioeducacional e as experiências de formação na CFR- HOF, enquanto estratégias de resistência ao monocultivo do dendê (*Elaeis guineenses*).

Também, no intuito de valorizar sujeitos e processos muitas vezes não evidenciados pela sociedade geral e pelo Estado, o sétimo artigo - “A certificação participativa de orgânicos como tecnologia social: estudo de caso da

Cooperativa D'IRITUIA” -, construído por Philippe Jean Louis Sablayrolles e William Santos de Assis, apresenta a certificação participativa como tecnologia social através de revisão do papel das relações sociais na tecnologia e na inovação. Partindo de uma visão crítica sobre a legislação que regula a certificação de orgânicos, e compreendendo-a como não adequada às especificidades da agricultura familiar no Nordeste Paraense, os autores salientam a relevância da certificação como processo construído socialmente, relacionado diretamente à concepção de mercados diferenciados e mais acessíveis à agricultura familiar nesta região.

Esse conjunto de artigos aqui explicitado se volta à evidenciação da preponderância das agriculturas familiares na construção de formas mais territorializadas de desenvolvimento, de sua organização para superação de adversidades das mais distintas conformações, como a expropriação territorial, e, sobretudo, de sua resiliência e poder inovativo em face dos projetos desenvolvimentistas nos espaços rurais. Notabiliza-se que, em um cenário mundial no qual predominam as preocupações em torno do Novo Coronavírus (Covid-19), tal

preponderância ganha ainda mais indubitabilidade.

A incidência viral em nível global revelou as desigualdades e vulnerabilidades das sociedades atuais, e da mesma forma, evidenciou os limites de um modelo de desenvolvimento puramente economicista. O contexto atual demanda à sociedade traçar novas formas de ser e viver nos seus mais diversos territórios. Assim, questionamentos acerca de quais serão os novos rumos que deverão ser percorridos pela sociedade para o enfrentamento das crises atuais, e em cenários (Pós-)Pandemia, se fazem significativamente relevantes, tanto quanto a construção de estratégias que respondam a estes questionamentos.

O que podemos apreender a partir das vulnerabilidades reveladas? Quais são as estratégias desenvolvidas pelos mais distintos atores sociais do campo na superação desse contexto pandêmico? Como essas estratégias vem irradiando na transformação da paisagem rural brasileira? E, ainda, como podemos promover e/ou favorecer processos de autonomia e resiliência nos níveis das famílias, comunidades e os coletivos para o benefício da sociedade como um todo? Essas e outras dúvidas, que se

colocam mais fortemente na atualidade, podem encontrar estro nos modos de vida, práticas e lógicas, de grupos de agricultores familiares, que organizam sua produção e reprodução socioeconômica ao passo que garantem a manutenção dos meios biofísicos e culturais em que se situam. Por tais modos de vida, que podem ser tanto potencializadores de uma produção

rentável socioeconomicamente quanto promotores do bem-estar e saúde coletivos, que sejamos inspiradas e inspirados na condução de um novo futuro. E que as leituras dos artigos que aqui se encontram sejam frutíferas na contribuição das aspirações desse renovado porvir. Esperançosas disso, lhes desejamos uma boa leitura!